



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ACTA NÚMERO TRÊS

Pelas vinte e uma horas e vinte minutos, do dia vinte e dois de Abril de mil novecentos e noventa e quatro, verificada a existência de quorum, reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão Ordinária, para o que tinha sido convocada pelo seu Presidente nos termos da Lei, a Assembleia Municipal deste Concelho, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Um - Apreciação e votação do Relatório e Contas de Gerência do ano económico de mil novecentos e noventa e três, desta Câmara Municipal;
- Dois - Apreciação e votação duma proposta de Actualização de todas as referências pecuniárias incluídas nos Regulamentos Municipais, no Código de Posturas Municipais e na Tabela Geral de Taxas e Licenças, bem como de todas as tarifas em vigor no Município;
- Três - Eleição do representante das Juntas de Freguesia e seu suplente como delegado aos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- Quatro - Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Município.

Depois de verificada as presenças dos membros desta Assembleia, constatou-se a ausência do Senhor João Gabriel Barbosa Massano.

O Senhor Presidente da Mesa deu por aberta a sessão. Proferiu de seguida algumas palavras em relação à data que se aproxima, a do **Vinte e Cinco de Abril**, data esta que para alguns traz recordações boas, para outros menos boas, mas que no computo geral da situação do País, esta data deve ser recordada com alegria, dado o seu significado. Informou a Assembleia, que tinha pedido ao deputado Carlos Alberto Fraga Viegas dos Santos, para proferir algumas palavras alusivas a esta data, e caso a Assembleia o permitisse, este deputado usaria da palavra, no que a Assembleia concordou.

O deputado Carlos Alberto Fraga Viegas dos Santos agradeceu o convite ao Senhor Presidente da Mesa, e de seguida proferiu o seu discurso, que a seguir se transcreve:

Exmo Sr. Presidente da Assembleia Municipal
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal
Exmos. Srs. Vereadores
Exmos. Colegas
Caros Conterrâneos

Embora não seja a razão substantiva, permitimo-nos aproveitar do facto de ora estarmos reunidos, e dada a proximidade da data, de evocarmos um acontecimento que marcou profundamente a História Portuguesa e alterou completamente o futuro previsto pelo regime vigente no dia vinte e quatro de Abril de mil novecentos e setenta e quatro.

O Vinte e Cinco de Abril, olhado a uma distância de 20 anos, é, e será sempre para nós, uma referência, um marco e um processo histórico que, por comportar em si mesmo, contradições e desvios, também comporta uma grande panóplia de actos heróicos, corajosos e que constitui a cada dia que passa, tema obrigatório na aprendizagem democrática que fazemos continuamente.

Aqui mesmo, na nossa Terra, as nossas gentes demonstraram que todo o processo de transformação da sociedade só acontece quando, está de acordo com os valores, as crenças, a cultura das populações. A nossa luta terá que ter sempre presente essa realidade.

Provámos ainda que a solidariedade é uma forte componente da nossa forma de ser. Que o digam aqueles que despojados dos seus bens e haveres, retornaram após a descolonização. Eles demonstraram que a iniciativa, o amor ao Trabalho e a criatividade são bem características dos Portugueses.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Quem duvide do que acabo de dizer, que nos visite, e que veja como os nossos conterrâneos vindos das ex-colónias, estão hoje integrados e com uma vida estabilizada, contribuindo em força para o desenvolvimento da nossa Terra.

Sim, digo bem, desenvolvimento hoje indiscutível, até pelo número de migrantes que parou de descer, demonstra que hoje já não é preciso sair do nosso País, para ter um futuro melhor.

Neste domínio ainda muito há a fazer. Esta Assembleia Municipal, comprometeu-se desde o início, no quadro das suas competências, a dar a sua contribuição nesta matéria.

Estamos e estaremos atentos a todas as iniciativas que forem tomadas pelo Órgão Executivo. Privilegiaremos todos os projectos que procurem encontrar soluções criativas e inovadoras para criar maior riqueza, com aquele que é o nosso maior trunfo: o capital humano da nossa região. Esperamos e queremos que os Filhos da Terra aqui permaneçam e aqui trabalhem. Eles são a nossa principal aposta no futuro. Mas esta aposta só pode ser ganha, graças ao Vinte e Cinco de Abril.

A esperança que o Vinte e Cinco de Abril nos trouxe, sofreu durante algumas fases de avanços e recuos.

Quando parecia a certa altura, que afinal o futuro só iria trazer tristeza e desalento, o que ele fez, o Vinte e Cinco de Abril, não foi mais do que promover, dentro de cada um de nós, o desenvolvimento de capacidades inesperadas, de forças nunca pensadas, de heróis desconhecidos.

O Vinte e Cinco de Abril não se confina a um dia; o Vinte e Cinco de Abril tem que se cumprir todos os dias na procura dos seus objectivos: Liberdade, Democracia e Desenvolvimento. Para fazermos deste pequeno País um grande Portugal.

A Assembleia aplaudiu este discurso, e de seguida o Senhor Presidente da Mesa perguntou se algum munícipe pretendia intervir, pois era este o momento para o fazer.

O munícipe Sr. José Maria Serra Saraiva pediu para intervir, pretendendo deixar vincada nesta Assembleia uma posição muito pessoal, na medida em que lhe parece que aos Órgãos Autárquicos qualquer munícipe lhe deve merecer o máximo de respeito, e mais respeito deve merecer aquele que se preocupa publicamente com os interesses municipais. Isto para frisar que, há alguns anos atrás, na qualidade de munícipe, teve o cuidado de alertar o Município para uma situação que considerava injusta e que lesava os interesses do Município.

Alertou o Presidente da Câmara em exercício nessa altura, que os limites do Concelho não estavam correctos.

Este alerta foi feito numa fase inicial de um processo, pois estava em elaboração o Plano Director Municipal. Esta chamada de atenção despertou na altura alguma curiosidade, e foi encaminhada para o gabinete do Plano Director Municipal, com quem mais tarde viria a colaborar gratuitamente, traçando os limites reais do Concelho, de acordo com o Decreto-Lei de 1934. Enquanto durou esse processo, nem a Câmara Municipal, nem o Gabinete do P. D. M. , fez qualquer reparo aos limites que traçou e entregou no referido Gabinete.

Durante o espaço de tempo concedido para a discussão pública do P. D. M. , tiraram-se dúvidas no terreno com pessoas que conheciam bem os limites do Concelho.

No último período de tempo anterior à aprovação do P. D. M. aqui em Manteigas, verificou este munícipe, que a proposta inicial se mantinha inalterada, ou seja, os limites considerados no P. D. M. prejudicavam gravemente a área deste Concelho.

Enquanto munícipe tomou a liberdade de se demarcar daquela posição, e escreveu uma carta onde afirmava que seria um acto irresponsável da Assembleia Municipal, se este Órgão Autárquico aprovasse os referidos limites tal como eram descritos no P. D. M.

Mantém ainda hoje essa mesma posição, e só não retomou este assunto mais cedo, porque quando compareceu na última reunião da Assembleia Municipal, já tinha sido ultrapassado o período de tempo reservado à intervenção dos munícipes. Ao retomar este assunto, pretende que, enquanto munícipe, a sua imagem pública seja reparada, pois tem conhecimento que munícipes radicados no estrangeiro escreveram cartas à Câmara Municipal, e na sua opinião a resposta que lhes foi dada, não foi a mais digna em relação à sua pessoa.

Pede a esta Assembleia, que tenha em consideração a sua função em defesa de um bom Município, enquanto munícipe. E isto para frisar que, ultimamente num debate no Centro Cívico, ouviu o Sr. Presidente da Comissão de Turismo da Serra da Estrela defender um projecto para o Concelho de Manteigas, e os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

representantes deste Concelho não sabiam da sua existência, o que é grave, embora o Sr. Presidente da Comissão de Turismo achasse isso perfeitamente natural.

Avisa esta Assembleia Municipal, que neste momento existem projectos destinados à recuperação da Estação do Teleférico, que pertence a Manteigas, e este Concelho não sabe o que se passa, porque pensa que aquela área pertence à Covilhã. Pede a esta Assembleia Municipal que tenha em consideração este reparo de um município, pois não tem outras intenções que não sejam defender exclusivamente os interesses do Município, e oferece a sua colaboração se esta for solicitada. Pretende também que seja averiguado que tipo de resposta foi dada aos municípios radicados no estrangeiro, pois sente-se prejudicado no sua imagem.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em seu nome pessoal e também no deste Órgão Autárquico, agradeceu as palavras proferidas pelo município Sr. José Maria Serra Saraiva, elogiando-o pela sua frontalidade e pela sua intervenção primorosa, e garantiu-lhe que a sua exposição não cairá em saco roto. Pediu ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que se ocupasse destes assuntos, e que esclarecesse esta Assembleias, se possível, na próxima reunião.

Pediu para intervir o Sr. Deputado Albino Leitão, afirmando que não iria falar sobre esta matéria neste período dos trabalhos reservado à intervenção do público, mas que o faria no último ponto da referida ordem. Pretendia dar essa informação, pois pode haver interesse do município em assistir á sua explicação.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal aconselhou que se pegasse neste assunto pelo interesse que ele tem, e que não se fosse mexer no passado só para criar polémicas desnecessárias.

Não havendo mais nenhum município para intervir, passou-se á discussão sobre a acta da sessão anterior.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, referiu que essa sessão tinha sido gravada, e que lhe parecia que, se não estava integralmente transcrita para o papel, pelo menos teria havido essa intenção. A cópia da acta foi distribuída antecipadamente aos Srs. Deputados, para que a pudessem ler e analisar, e para que se pronunciem se ela traduz a ordem de trabalhos e como eles decorreram. Pensa também que, com a leitura antecipada do documento, e devido à sua relativa extensão, se poderia evitar a sua leitura na sessão, caso a Assembleia concorde.

Questionada a Assembleia sobre este assunto, concordou-se que não seria preciso ler a acta e passou-se à fase dos comentários. Pediram para intervir os Srs. Deputados José Manuel Novo de Matos, Albino Massano Leitão, Carlos Alberto Fraga Viegas dos Santos e José Quaresma Domingos.

O Deputado Novo de Matos, tomou a palavra, dizendo que verificou a falta de referência à eleição do representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia para a Assembleia Distrital da Guarda e, também que, o termo técnico Cervugal estava incorrecto, devendo ser corrigido para Cervunal.

O Deputado Albino Leitão felicitou a Mesa pela iniciativa que tomou de previamente distribuir a acta da sessão anterior, e pretendeu deixar alguns reparos. No primeiro, sugeriu que quando se tratasse de mencionar o Presidente da Assembleia Municipal, fosse mencionado, não como Dr. Manuel Carvalhinho, mas sim como Presidente da Assembleia Municipal, por uma questão de dignidade e de prestígio. O segundo reparo refere-se também à ausência da referência da eleição do representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia para a Assembleia Distrital. Finalmente, no terceiro reparo pretendeu que fosse rectificado o montante liquidado à Caixa Geral de Depósitos no fim do ano de 1993, montante este no valor de 13. 107 contos e não de 3. 107 contos.

O Deputado Carlos Alberto Fraga Viegas dos Santos, afirmou que na sequência das palavras do anterior orador, quase prescindia de tomar a palavra. Diria apenas que se congratulava com este processo de enviar antecipadamente a acta aos deputados, não só pelo facto de não haver perca de tempo com a sua leitura nas sessões, mas principalmente pela oportunidade dada aos membros desta Assembleia, de com a devida calma,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

fazerem uma leitura mais atenta do documento. Relativamente à acta, concorda com o seu conteúdo, apesar de encontrar algumas gralhas que têm a ver com o processamento de texto que foi utilizado.

O Deputado José Quaresma Domingos, em função do anteriormente exposto pelos outros deputados, prescindiu da sua intervenção.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, afirmando que não havia dúvidas em relação à falta de referência da eleição do representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia para a Assembleia Distrital, bem como não havia dúvidas que essa eleição se tinha efectuado e que o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria tinha sido eleito para representante na referida Assembleia Distrital. Questionou a Assembleia se havia dúvidas, e em face da resposta negativa, sugeriu que se fizesse um acrescento à acta na parte final, que depois de discutido, foi lido em voz alta pelo 1º Secretário, e tem o seguinte teor:

"Em tempo à acta da Assembleia Municipal se refere ter sido eleito por (10) dez votos a favor, (7) sete abstenções e (1) um voto nulo, o Sr. Presidente da Junta da Freguesia de Santa Maria para representar o Concelho de Manteigas, na Assembleia Distrital da Guarda. "

Posta à votação, a acta foi aprovada por unanimidade com (17) dezassete votos a favor.

O Sr. Presidente da Mesa, passou de seguida a ler a correspondência dirigida a esta Assembleia, e um requerimento do Deputado Carlos Alberto Fraga Viegas dos Santos, solicitando que lhe sejam facultados todos os elementos relativos ao Processo de instalação de uma fábrica de engarrafamento de águas, nomeadamente as fotocópias das actas das reuniões da Câmara Municipal, e se caso a Assembleia Municipal alguma vez tenha deliberado sobre este assunto, requer também fotocópias dessas actas.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu que a correspondência recebida fica à disposição de todos os Deputados, e relativamente ao requerimento do Deputado Carlos Alberto Fraga Viegas dos Santos, encaminha-o para o Sr. Presidente da Câmara Municipal, para na medida do possível e do que está legalmente estipulado fornecer os elementos pedidos.

O Deputado Albino Leitão sugeriu que de futuro se aligeirasse a leitura da correspondência, destacando os documentos mais importantes e resumindo os outros, para que os trabalhos possam decorrer com maior rapidez, aproveitando melhor o tempo para outros assuntos.

O Deputado Manuel Quaresma Domingos, pediu para apresentar uma Moção, aproveitando o facto desta sessão ser a mais próxima da data histórica do **Vinte e Cinco de Abril**, e que a seguir se transcreve:

Moção

Parece que foi ontem e já lá vão **20 anos**.

Nestes 7280 dias viveu-se a angústia, ansiedade, tristeza, alegria, incompreensão, amor, ódio, vingança, humildade, ambição e tudo o mais que a vida tem.

Uma coisa, porém, foi persistentemente conservada: **a Liberdade**.

Essa liberdade que permite estarmos aqui, eleitos pelo Povo, discutindo e confrontando ideias. Essa liberdade que temos obrigação de honrar.

Para que tal mensagem se possa perpetuar, que cada um de nós a saiba transmitir à juventude de hoje, que tão abandonada tem sido.

Honre-se esta Assembleia Municipal, honrando e aplaudindo todos quantos tornaram possível o **25 de Abril de 1974**.

Honre-se esta Assembleia Municipal não permitindo, no seu dia a dia, que os valores do 25 de Abril deixem de ser referência.

VIVA O 25 DE ABRIL



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Esta moção é subscrita por todos os Deputados Municipais do Partido Socialista, e tem uma nota a indicar que deve ser remetida à Associação dos Militares do 25 de Abril.

O Deputado Albino Leitão, interveio, pretendendo fazer dois comentários, um de ordem formal e outro de ordem substancial. O de ordem formal, porque lhe parece que era este o momento apropriado, antes da ordem do dia, para se apresentar esta moção, e daí a sua surpresa, de verificar que de uma forma excepcional terá sido dada a palavra ao Deputado Carlos Alberto Fraga Viegas dos Santos, ou até terá sido consertada previamente a oportunidade de lembrar o Vinte e Cinco de Abril, devendo neste caso o convite ser extensivo a todos os Grupos Parlamentares. No aspecto substancial, tal como se diz na moção, prezamos muito a vivência democrática que durante vinte anos, felizmente foi possível estabelecer em Portugal, e independentemente das tristezas, amarguras, etc. , a verdade é que está provado que o Vinte e Cinco de Abril valeu a pena. Confirmando a moção do primeiro subscritor, solicita que seja colocada à votação.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal em resposta ao Deputado Albino Leitão, afirmou que, quando pediu ao Deputado Carlos Alberto Fraga Viegas dos Santos para proferir umas palavras sobre o Vinte e Cinco de Abril, fê-lo sem ligar a aspectos partidários, lembrando somente os aspectos reais da vida que hoje temos. Não houve portanto a intenção de dar a palavra ao referido Deputado como representante partidário, mas sim a intenção de celebrar e abrir esta sessão da Assembleia Municipal com duas palavras em regozijo e para comemorar o Vigésimo Aniversário do Vinte e Cinco de Abril.

Posta à votação, esta moção foi aprovada por aclamação, com aplausos da Assembleia.

O Deputado Albino Leitão, interveio novamente, afirmando que na última sessão havida, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro "protestou" pela escolha da data daquela Assembleia, conforme consta da acta. Parece que aquela sugestão não foi ouvida, pois mais uma vez esta sessão foi marcada para o princípio de um fim de semana alargado. Quer referenciar que, de alguma forma era tradição deste Município, marcar a sessão da Assembleia Municipal para a última sexta-feira do mês, regra geral, e compreendendo as possíveis excepções. Está a dar-se a imagem pública que estas reuniões são efectuadas em benefício de alguns deputados em prejuízo de outros.

Antes de entrar na ordem de trabalhos, realça que lhe parece faltar um ponto na referida ordem, pois não aparece na convocatória. O Decreto-Lei nº 100/84, (alteração à Lei 18/91), diz que compete à Assembleia Municipal apreciar um relatório do Presidente da Câmara acerca da actividade municipal. Ora este ponto não conta da ordem de trabalhos, e por isso deixa o seu reparo para que na próxima Assembleia Municipal seja rectificadada esta situação.

Por outro lado refere alguns pontos que já focou na sessão anterior, tais como, a ausência de apresentação pela Câmara Municipal, da Revisão do Plano de Actividades e Orçamento de 1994. Pede compreensão para esta sua insistência, mas tem razões políticas e principalmente realistas em insistir nesta matéria.

No Plano de Actividades para 1994, aprovado na Assembleia Municipal de Dezembro passado, dizia-se que esse Plano circunscrevia-se a dois factores essenciais. A mudança de executivo, fruto de eleições democráticas, em que ocorre realçar a vantagem de salvaguardar ao futuro executivo a possibilidade de moldar a actividade de 1994, ao conteúdo programático das suas intenções, com a apresentação oportuna de uma revisão do Plano. Já decorreu um terço da gestão do corrente ano, e embora em Fevereiro talvez fosse cedo para apresentar essa revisão, por uma questão de adaptação do novo executivo e do conhecimento dos dossiers, mas já não é tão desculpável a ausência dessa revisão nesta Assembleia Municipal de Abril. Por outro lado o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata em Dezembro, afirmou com a sua abstenção em relação à aprovação do Plano para 1994, que esse Plano não era o seu, e que tudo apontava que iria ser rectificadado brevemente. Seria bom que o fosse, visto que nas responsabilidades da adaptação do Plano e do Orçamento para 1994, ficaram em previsão, nomeadamente na parte financeira, muitas verbas sem afectação directa a investimentos, e seria bom que urgentemente essa afectação fosse feita. A continuar-se assim, corre-se o risco do Município vir a ser prejudicado. Por um lado há uma atitude paralisante da actividade da Câmara, tendo em conta o desafio que já aí



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

está, e que é o aproveitamento dos Fundos do Quadro Comunitário de Apoio e do Projecto Global do Maciço Central da Serra da Estrela. Enquanto esta Câmara não está a aproveitá-los, outras Câmaras o farão.

Por outro lado pode-se correr o risco da existência de um excesso de tesouraria, que sob o seu ponto de vista evidencia uma precária utilização dos Fundos postos à disposição do Município, e que neste momento devem ser da ordem das dezenas de milhar de contos, e isto não é consentâneo com o dinamismo que o desenvolvimento exige. As despesas do Quadro Comunitário de Apoio são elegíveis a partir do dia um de Janeiro e há instruções para a apresentação de candidaturas, ou pelo menos intenções de candidaturas, a partir do passado dia um de Março. Portanto é tempo de se tomarem decisões relativas a esta matéria. Poder-se-á argumentar da inexistência de projectos para esse fim. É frontalmente contra essa opinião, na medida em que, primeiro existem de facto alguns projectos que podem ser imediatamente apresentados e por outro lado não se podia exigir ao executivo anterior que mandasse elaborar projectos, que um novo executivo poderia ou não aproveitar.

Finalmente, estão a ser altamente penalizadas as três Juntas de Freguesia do Concelho, visto que há verbas de capital a distribuir por elas, e passados que estão quatro meses, era mais que tempo que tivesse havido já um diálogo entre a Câmara Municipal e as referidas Juntas, no sentido de consertar as intenções de investimento e despesas de capital para 1994. Segundo lhe consta, só passados três meses e meio a Câmara Municipal reuniu com as Juntas de Freguesia, o que evidencia bem a falta de atenção a esta questão. As Juntas precisam de programar os seus investimentos para 1994, e deveria ter sido acção prioritária do executivo, ter reunido com elas pelo menos no segundo mês de mandato.

Para terminar, realça a necessidade da apresentação da Revisão do Plano e Orçamento, que sob o seu ponto de vista, a ser apresentado na próxima Assembleia Municipal será tarde de mais e vem por em causa a gestão destes últimos quatro anos.

Intervio de seguida o Deputado José Quaresma Domingos, dizendo que não deveria ter sido o Deputado Albino Leitão a fazer a chamada de atenção sobre a Lei 18/91, até porque teve dois anos e meio para o fazer e também não o fez.

A seguir interveio o Deputado Carlos Alberto Fraga Viegas do Santos, questionando que, face à última intervenção, será de contestar ou não o que o Deputado Albino Leitão acabou de proferir. O referido Deputado, falou na última Assembleia Municipal e volta novamente a referir nesta sessão o Quadro Comunitário de Apoio. Mas o que realmente se passa não é bem assim. Este Quadro Comunitário de Apoio na vertente referente ao Fundo Social Europeu, está consideravelmente atrasado, e pelas informações que dispõem de Lisboa, só será possível apresentar candidaturas a partir do segundo semestre do corrente ano, apontando-se mesmo para o último trimestre. Portanto, gostaria de ser informado se a Câmara Municipal já está em condições ou não, de apresentar algum projecto, porque no que respeita ao Fundo Social Europeu as coisas estão bastante atrasadas.

O Sr. Presidente da Mesa, interveio, dirigindo-se ao Deputado Albino Leitão, respondendo ao problema da marcação das datas destas duas Assembleias. Estas foram marcadas para dias que coincidiram com sextas-feiras, não sendo preocupação o facto de ser a data do Vinte e Cinco de Abril ou não, ou de ser feriado alongado. Não foi entendido o seu reparo feito na última sessão, e só hoje foi compreendido, e por isso o Sr. Deputado tem razão. Compreende-se que quem vive nesta Terra, também tem o direito de se ausentar em fins de semana alongados. Fica garantido que as próximas Assembleias não coincidirão com fins de semana alongados, caso seja possível.

Em relação à falta de informação do Sr. Presidente da Câmara sobre a actividade municipal, esse reparo já lhe tinha sido feito pessoalmente, mas desde que não apareça essa tal informação escrita, não a poderia incluir na ordem de trabalhos. De qualquer maneira, o Sr. Presidente da Câmara irá responder-lhe directamente sobre estes assuntos, mas na parte final da ordem de trabalhos.

Passou-se de seguida ao **Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos - Apreciação e Votação do Relatório e Contas de Gerência do ano económico de 1993.**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal afirmou que todos os Deputados tiveram tempo de ler e analisar este relatório, relativamente longo, e por isso iria dispensar a sua leitura. Estavam abertas inscrições para quem quisesse ser elucidado sobre qualquer ponto do documento.

Inscreveram-se os Deputados Albino Leitão e José Manuel Novo de Matos.

O Deputado Albino Leitão pretendeu fazer a distinção entre a apreciação do Relatório e a apreciação da Conta de Gerência. Quanto ao Relatório, quer deixar uma palavra de apreço à Câmara Municipal, que não participando na gestão anterior, salvo a excepção do Sr. Vereador José Abrantes Serra, teve o cuidado de elaborar o Relatório. E isto, porque, na sua opinião, e como já aconteceu em situações anteriores, embora o Presidente da Câmara fosse o mesmo, e a Assembleia Municipal tenha aceite a justificação, considerou-se que a futura Câmara seria ilibada do compromisso de redigir o Relatório.

Mas ao assumir-se esta atitude voluntariosa correm-se alguns riscos, por isso frisou que esta discussão do Relatório seja entendida no sentido da mútua cooperação. Confirmando estas palavras, no Relatório de 1993, são feitas algumas afirmações, que deveriam estar colocadas na Revisão do Plano para 1994. Existem pelo menos seis referências no documento, que se referem a intenções para o ano de 1994, tais como, por exemplo, o apoio ao curso de marcenaria e carpintaria em Sameiro, que iniciado em 1993 continuará a ser apoiado em 1994.

Mas também há omissões, que são graves; embora pense que aconteceram por descuido e não propositadamente. Irá citar pelo menos quatro, comentando duas. Não se faz referência ao P.D.M., à estrada de Manteigas ao Ginjal, ao processo de reabilitação ou de mudança da Lixeira Municipal e ao processo de Ordenamento das Penhas Douradas. Comentará os dois primeiros, que no ano anterior mereceram atenção especial.

Quanto ao P.D.M., 1993 foi o ano da sua aprovação pela Assembleia Municipal, da sua rectificação pelo Governo, e da sua publicação em Diário da República de catorze de Agosto de 1993. O Município de Manteigas, foi o primeiro do Distrito da Guarda e o quinto da Região Centro a aprovar o seu P.D.M., e como se sabe este instrumento possibilita à nossa Câmara a assinatura de contrato-programa, que outras Câmaras não poderão fazer sem o seu P.D.M. aprovado. Exemplificando, se conseguirmos rapidamente negociar com a Direcção Regional do Ambiente, Ministério do Ambiente, Câmara Municipal da Covilhã e Associação dos Municípios da Cova da Beira, a passagem da nossa lixeira para o Souto Alto, é possível celebrar um contrato-programa para apoio ao acréscimo da respectiva despesa, apenas e em função da existência de um P.D.M. Por aqui se vê, que a nossa Câmara está numa posição muito favorável em relação às Câmaras vizinhas.

Relativamente ao processo da ligação Manteigas - Ginjal, já em 1988 o Governo assumiu o compromisso para a elaboração do projecto e infelizmente essa intenção não foi concretizada tão rapidamente como devia, mas em 1993 houve notícias animadoras neste sector. Na acta de 04. 10. 93 consta e passa a citar: " Estrada Nacional 232 - de Manteigas ao Ginjal - Ligação ao IP2 - O Presidente da Câmara deu a conhecer o teor e as conclusões de uma reunião havida em Coimbra, com o Sr. Director dos Serviços Regionais das Estradas do Centro, em que participaram também as Câmaras Municipais da Guarda, Belmonte, Covilhã e Fundão e realizada em 28. 09. 93. Foi aí referido que se têm verificado atrasos na definição do traçado da IP2, em parte também pelo facto dos P.D.M. das Câmaras atrás citadas não estarem concluídos, e não haver entre elas a necessária colaboração a respeito da implantação do IP2. Apesar disso, o Sr. Director apresentou uma solução de viabilidade para ser analisada pelos Municípios, pedindo a colaboração destes de modo a poder implantar-se o traçado definitivo do IP2. No que se refere a Manteigas, o referido traçado, segundo o ponto de vista do Presidente da Câmara, vem favorecer a acessibilidade ao Concelho, tanto mais que no traçado proposto pelo Sr. Director Regional, localiza-se junto a Vale Formoso a ligação com o IP2.

Nessa mesma reunião, o Sr. Director Regional das Estradas do Centro, manifestou conhecer o despacho do Sr. Secretário de Estado de 19. 12. 988, e afirmou que após a fixação definitiva do IP2, a obra de ligação a Manteigas seria imediatamente posta a concurso. Afirmou ainda, que no melhor cenário, tal poderá acontecer em 1994, com a execução da obra no início de 1995.

Perante isto, essa omissão deste problema no Relatório de Actividades, terá que ser referenciada. Contactos recentes que tem mantido com diversas entidades, a nível de Ministério das Obras Públicas, quer em Lisboa quer em Coimbra, possibilitam-lhe afirmar publicamente, que em princípio a obra será lançada este ano.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O projecto está em execução, faltando acertar pormenores na ligação da E.N. 232 ao IP2, ou na zona da Gaia ou na de Vale Formoso.

Isto é, foram lançadas sementes importantes em 1993, que decorrem de um trabalho de insistência e persuasão perante o Governo da República, que deveriam ter sido realçadas no Relatório do exercício.

Quanto à Conta Gerência - Situação Financeira - pode-se confirmar a estabilidade absoluta em termos financeiros do Município, tendo-se concretizado um ano com algum superavit de tesouraria que possibilitou não só o trânsito para 1994 como também a amortização antecipada de alguns empréstimos. Em termos Orçamentais, pode-se referenciar dentro do possível o maior rigor com que se trabalhou em 1993, podendo-se confirmar pela consertação da reduzida diferença entre o que foi previsto e o que foi realizado. Quer nas Receitas Correntes, quer nas Receitas de Capital, a diferença foi num lado e no outro de cerca de onze mil contos, o que significa bem o esforço que foi feito para gerir criteriosamente. Naturalmente que há sempre um ponto negativo, que assume, e que é a impossibilidade de apenas afectar à despesa corrente o montante da receita corrente. É uma situação várias vezes justificada nesta sala, e que apesar de tudo em 1993 se conseguiu alguma recuperação na medida em que essa diferença baixou para cerca de vinte e seis mil contos. Realça finalmente que em relação à Despesa Corrente, se utilizaram mais vinte mil contos do que o previsto, onze mil dos quais afectos a verbas com o pessoal. De um modo fácil, no final do ano poder-se-ia ter equilibrado o Orçamento. Bastaria para isso ter comprado o autocarro municipal, seriam mais de dezoito mil contos que viriam equilibrar as contas de despesas de investimento em Despesas de Capital. A criteriosidade da gestão Camarária em 1993 não nos permitiu fazer esta aventura, e naturalmente deixamos algum dinheiro em tesouraria, à espera que neste ano ou no próximo tal objectivo seja possível de concretizar.

Finalmente, pedindo desculpa pela sua alongada exposição, prometeu ser mais rápido no próximo ano, uma vez que já não terá a responsabilidade de defender uma gestão. Acha que a Conta Gerência está bem organizada, e por isso o documento irá merecer a sua aprovação.

O Deputado Novo de Matos interveio pretendendo ser esclarecido quanto à proveniência do Relatório, se efectuado pelo anterior Executivo ou se efectuado pelo actual Executivo sobre a gerência de 1993 do anterior Executivo. Desfeita a sua dúvida, afirmou que iria comentar alguns pontos, tais como o da atribuição de um subsídio no valor de oitenta contos à Associação Cultural dos Amigos da Serra da Estrela, associação de que faz parte. Como se sabe, esta Associação embora sendo de âmbito regional, é também de âmbito nacional em termos de associados. Há cerca de doze anos que propaga o bom nome deste Concelho onde está sediada, e além da propaganda e da publicitação destas paisagens e do interesse e cultura desta Terra, da chamada de atenção ao Turismo para esta região, e também pelo carisma que tem vindo a assumir em termos públicos a nível nacional, até porque localmente está mais mal tratada do que a nível nacional, merecia melhor subsídio. Aliás este, até foi reduzido de 1992 para 1993, talvez devido à inflação. Outras Associações, algumas das quais associadas dos ASE tiveram subsídios mais altos por parte de outras Câmaras. Comparou este subsídio, com o atribuído à Associação de Defesa do Cão da Serra da Estrela, afirmando que, enquanto os ASE defendem um "todo", ou seja uma paisagem humanizada com cem mil hectares de terreno, defendendo o desenvolvimento das populações associadas a um equilíbrio com a natureza envolvente, deveriam ter maior subsídio em relação ao que foi concedido à outra Associação atrás referida.

Juntando o subsídio dado à Conferência de S. Vicente Paulo com o do Centro de Alcoólicos Recuperados, dá essa soma um valor igual ao atribuído aos ASE. Não fará mais comentários, pois a partir deste ponto, estes passariam a ser anedóticos. Os ASE tem provado defender a Serra, dando uma imagem pública regional e nacional de tal maneira importante, que pensa ser degradante este tipo de "esmola" que lhes foi atribuído.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal respondendo ao Deputado Novo de Matos afirmou ser a sua intervenção objectiva, mas tem que ter em conta a quantidade de "pobres" que bate à porta dos Executivos Camarários, podendo até originar incompatibilidades entre esses grupos e os Executivos. Mas só o Executivo sabe porque contribuiu com esses valores, têm a sua autonomia em relação a essa matéria, embora se aceite perfeitamente a sua intervenção. Em relação à elaboração do Relatório, e à intenção da elaboração do mesmo, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Sr. Presidente da Assembleia Municipal pediu ao Sr. Presidente da Câmara para responder ao Deputado Albino Leitão.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal e afirmou que, relativamente à falta de apresentação da Revisão do Plano já era uma questão previsível de vir a ser colocada nesta Assembleia. Mas tem que se equacionar um problema muito importante, que é o de saber o queremos que Manteigas seja nos próximos anos.

Ou queremos que Manteigas se mantenha como até aqui, com o mesmo tipo de problemas, ou queremos que Manteigas tenha uma viragem, viragem esta consertada, exactamente pelas opiniões que venham do lado dos Deputados Municipais em conjugação com todo o Executivo Camarário. Não basta fazer obras só para dizer que a Câmara está a "mexer", como foi proposto por um munícipe, só para dar a imagem pública que a Câmara está a trabalhar. Por isso sediava nesta Assembleia a discussão que tipo de intervenções estruturantes este Executivo deve propor com dignidade em Plano, para propor a Revisão do Plano. Esta Câmara consegue-se gerir, tal como disse o Deputado Albino Leitão com um orçamento duodecimado, porque o Segundo Quadro Comunitário de Apoio, em termos de normativos desde os montantes a financiar até aos montantes a incluir no Plano não estão caracterizados até agora. Claro que os projectos que vinham do antecedente, e alguns já foram recuperados, tais como a obra da Sicó que estava parada, por razões que porventura a Câmara já não pode por cobro em tempo útil porque o empreiteiro tinha abandonado a obra. Tivemos que fazer a articulação e ligação para que a obra continuasse, e cujo projecto tem magnitude, estando previsto em Plano com trinta mil contos pela Câmara anterior, e foi ampliado para setenta mil contos, poderá ser colocado em quadro comunitário. É preciso dinamismo e desenvolvimento tal como disse o Deputado Albino Leitão, mas dinamismo e desenvolvimento sustentados. Este Executivo, por exemplo, não se importa de apresentar uma Revisão do Plano em Outubro, se o rosto de Manteigas mudar.

Relativamente à E.N. 232, sobre a qual foram feitas demarches e continuam a fazer-se, realmente não foi referenciada. Só que pegando no PIDAC, relativamente às obras públicas, não vemos aparecer neste documento a E. N. 232. O Deputado Albino Leitão é informado depois da Câmara, através da Região de Turismo, na reunião que teve com o Sr. Secretário de Estado do Turismo, a propósito do Maciço Central, que a E. N. 232 estava aprovada.

Tive essa informação no dia 09. 03. 94 pelo Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, e o Deputado Albino Leitão só teve conhecimento dela, segundo o Sr. Presidente da Comissão de Turismo, à cerca de quinze dias. Só não foram divulgados pormenores sobre este assunto, porque a Câmara Municipal pediu à Junta Autónoma das Estradas que indicasse que tipo de intervenção vai fazer na E.N. 232, e ainda não obtivemos qualquer resposta.

Relativamente à Lixeira Municipal, estamos em condições de aderir à Associação dos Municípios da Cova da Beira, faltando acertar pequenos pormenores. Foram contactados todos os Presidentes dos Municípios da Cova da Beira, e a resposta é que aceitam transitoriamente os lixos de Manteigas. Existem também contactos com o Parque Natural da Serra da Estrela, no sentido deste organismo ceder uma viatura que fará a recolha do lixo, destas áreas, e o transportará para o Souto Alto na Covilhã. Portanto o assunto da Lixeira deverá ter uma solução transitória, ainda este ano.

Quanto ao Plano de Pormenor das Penhas Douradas, foram dados determinados passos, a situação foi evoluindo, e ao que se sabe está parado na C.C.R.C..

Destes assuntos focados anteriormente, e numa atitude colaborante conforme disse o Deputado Albino Leitão a Câmara Municipal cede nas referências ao P.D.M., estrada de Manteigas ao Ginjal e Lixeira Municipal.

Quanto aos dinheiros de tesouraria, é claro que existem, mas também existem dívidas. Por acaso também há diferenças de alguns milhares de contos, designadamente a propósito do Caminho das Quartelas, em que se receberam em 1993 seis mil contos, e foram dados como a receber em 1994.

Mas o que interessa, é que neste Salão Nobre, se discuta o que Manteigas quer ser, e como devemos agir para levar por diante estas intenções.

A Câmara está a fazer render o dinheiro que tem, e em relação à Associação dos Amigos da Serra da Estrela e tantos outros, os oitenta contos até podem ser pouco. Relativamente a este assunto a Câmara Municipal, através do pelouro da cultura, já pediu a todas as Associações que entreguem o seu relatório de actividades do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ano passado para ver o que poderemos financiar este ano, e de certo modo diferenciar aquelas que trabalham das que efectivamente só existem para receber subsídios.

Portanto, sobre a mudança do Executivo que justificava que o Plano de Actividades apresentado, não fosse substancialmente profundo, e a entrada em vigor do Segundo Quadro Comunitário de Apoio, dir-se-á que relativamente à primeira continua a afirmar que sobreviveria com uma atitude duodecimada, e relativamente à segunda, e segundo o seu ponto de vista mais preocupante, porque não estando ainda regulamentada e estando a Câmara Municipal a encomendar projectos, alguns dos quais a carecerem de diálogo com a Região de Turismo, dado que o Maciço Central e o seu Projecto tem muito de estruturante teoricamente, pensando do nosso lado, e com certeza também tem muito do lado do Deputado Albino Leitão enquanto Presidente da Câmara antecedente, porque os projectos que lá estavam consentidos e as intenções que lá estavam, e as actividades a desenvolver eram estruturantes. Mas ainda teremos de dialogar com a Região de Turismo quais são as prioridades para Manteigas, e para outros Concelhos, para podermos candidatar e hierarquizar os programas. Aconteceu que a Região de Turismo não nos convidou para prioritar com esta Câmara e com os outros Concelhos quais são os projectos que devem ter prioridade em cada Concelho, para o projecto global do Maciço Central. Pensa que, neste momento nem em Junho esta Câmara estará atrasada, e não se pode falar em atrasos de coisas de pormenor, pois este tem avançado.

Já foi dito aos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia, que as Despesas de Capital, até ao limite das referentes ao ano passado podem mobilizar-se e movimentar-se. Com a certeza de que uma atitude como esta, de descentralização, não irá ser tolhida quando for apresentada a Revisão do Plano.

A Revisão será oportunamente efectuada, e estar a fazer uma revisão só pela revisão, para dar vazão inclusivamente a pressões do Grupo Parlamentar a que pertence, não está correcto. A inteligência do lado da Câmara Municipal e do lado dos Deputados Municipais leva a que, se quisermos ser estruturantes, temos que fazer um Plano sediado num outro. Por exemplo o Maciço Central é o Plano a médio prazo das macro circunstâncias em que se devem incluir outros microplanos anuais, e o que se pretende é ter uma visão perspectiva e prospectiva de quatro anos, de modo a encaixar em cada ano um plano. É assim que a Câmara pretende fazer e pensa que a Assembleia Municipal entende esta atitude, mas está absolutamente aberto a alterar a sua posição, caso lhe seja proposto outras alternativas com credibilidade. Temos circunstâncias de médio prazo a apresentar, como o Projecto da Entrada da Vila, que vai ter uma longevidade de médio prazo, a Terceira Fase da Sicó pelo menos até ao fim do ano, e que quando abrir o processo de candidatura terá que ser imediatamente candidatada pois esta em fase de obra, o Projecto de uma Rua de Circunvalação de Manteigas e a Terceira Fase da ETAR. Existe também o Projecto de um Hotel, cujo esquiço tinha de certa maneira, sido recusado pelo PNSE. Retomou-se esse projecto e já esta aprovado em esquiço. Há as águas da rede que tem que ser simultaneamente revistas com os esgotos, com as condutas adutoras, quer em Manteigas quer em Sameiro, e também com a sediação dos tanques de distribuição de águas visto que a população está a crescer em altitude, e temos que juntar nesta perspectiva alguns projectos que no seu conjunto devem somar à volta dos cinquenta mil contos.

Relativamente ao processo da Fábrica de Engarrafamento de Águas, ao Executivo foi apresentada uma garantia formal, pela Gestão do empreendimento, de que as obras avançariam entre Abril e Maio, e que a montagem das máquinas efectuar-se-á em Setembro.

O Deputado Novo de Matos, interveio para felicitar o Sr. Presidente da Câmara e o seu Executivo, dizendo que face à exposição apresentada, considera que é um Executivo inteligente, porque hoje fazer as coisas apressadamente sem serem devidamente estudadas, sem se ter essa noção de estruturante várias vezes referida e muitíssimo bem, e sem se fazer um desenvolvimento sustentado, é ter a mentalidade dos anos sessenta. Por isso a atitude deste Executivo é inteligente e actual.

O Deputado Albino Leitão pretendeu fazer umas breves referências às considerações do Deputado Novo de Matos. Na sua opinião, este Deputado está aqui eleito pela população de Manteigas e não pela Associação dos Amigos da Serra da Estrela, porque é importante saber distinguir as duas situações. O Sr. Presidente da Câmara já referiu bem a dificuldade que há em relação aos subsídios. Por exemplo, a Associação Portuguesa do Cão da Serra da Estrela teve um subsídio de duzentos e cinquenta contos, porque assumiu a construção do canil e a sua sustentação, mas parece-lhe que esta Associação não terá cumprido o que assumiu com a Câmara Municipal e sugestiona o Executivo no sentido de rever esse protocolo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Relativamente às declarações do Sr. Presidente da Câmara, quando se fala de um Plano a médio prazo, de um Macroplano, se calhar já existe. O PDM está aprovado, mereceu o consenso de uma equipa muito vasta, de técnicos credenciados, do Executivo, da Assembleia Municipal, e talvez se possam recolher ideias para a execução dos projectos relativamente àquilo que é o desenvolvimento sustentado, harmonioso e acelerado que necessitamos para Manteigas. Se calhar esse Macroplano já existe.

Sabemos que não é fácil tomar decisões em termos de Executivo, em função das disponibilidades financeiras, em função de todo o normativo legal que existe e condiciona a concretização das intenções, que é de facto um instrumento altamente emperrante da vontade dos autarcas. O importante é que o Município conheça rapidamente qual a estratégia de desenvolvimento. O Sr. Presidente da Câmara citou, e penso com alguma falta de legitimidade que se perdoa, a questão da Região de Turismo, mas permita que lhe diga que nesse Organismo os seus Órgãos tomaram posse no dia dez de Janeiro e no dia vinte e três de Março aprovaram o seu Plano de Actividades para 1994, sinal que o primeiro objectivo, o primeiro trabalho que efectivamente procuraram em colocar, foi o de encontrar uma meta para a sua actividade, onde actualmente se incluem planos que têm a ver com o desenvolvimento global, o desenvolvimento parcelar de cada Município, mas também já na perspectiva do Quadro Comunitário de Apoio.

Já aqui foi referido que em termos de disponibilizações financeiras este Quadro está atrasado, mas em termos de afectação de recursos para projectos, aí não há atraso, antes pelo contrário existem instruções para creditações que pudessem já ter sido apresentadas. Por outro lado, não existem neste momento plafons ainda definidos para cada um dos componentes de intervenção do futuro Quadro Comunitário, nem talvez isso venha a acontecer rapidamente, porque, felizmente perante o universo de três mil e quinhentos milhões de contos a provados, não será no primeiro dia que se irão fixar plafons, pois este Quadro vigorará até 1999.

Concorda com o Sr. Presidente da Câmara relativamente a duas questões. Em relação à IP2, estão de acordo na ligação da estrada de Manteigas ao futuro IP2, e oxalá, que este assunto não careça de vontade política do Governo, porque a Câmara Municipal tem interesse em resolver este assunto, e que o concurso seja aberto ainda este ano. A Câmara deve continuar a insistir junto do Governo para que este cumpra os compromissos assumidos.

Quanto à Lixeira, alertava que, qualquer que fosse a solução técnica correcta encontrada, se for a utilização do aterro do Souto Alto, tal como foi falado no ano anterior, diria que se negocie um bom contrato programa, porque o Município não pode assumir sozinho o acréscimo de despesa, pois a Administração Central também tem que assumir responsabilidades e compartilhar do esforço do Município.

Intervio novamente o Deputado Novo de Matos, visto que, na sua opinião, tinha sido posta em causa a sua legitimidade para o cargo para que foi eleito. Afirmou que era em nome das pessoas que o elegeram, e só nessa função que fala, e o grupo de pessoas que representa pelo facto de serem de esquerda, não são estúpidas, e pelo facto desse grupo sócio-económico não ser o mais elevado nesta Terra, apesar de "pobres" não são estúpidas, e perguntam o que é que determinadas Associações da Guarda, da Covilhã, etc., tem a ver com Manteigas, e os subsídios desses grupos todos somados dão dez ou vinte vezes mais que o subsídio atribuído à Associação dos Amigos da Serra da Estrela, que é só a maior Associação cultural sediada neste Concelho.

Intervio de seguida o Deputado Carlos Alberto Fraga Viegas dos Santos, expressando a sua concordância total com o Sr. Presidente da Câmara, em relação ao facto de neste momento ainda não ter apresentado a esta Assembleia o seu Plano de Actividades. Porque ser eficaz é relativamente fácil, mas ser eficiente é muito mais difícil, pois trata-se de agrupar os recursos financeiros que são sempre poucos, de modo a produzir o mais possível. Mais vale apresentar programas, planos e conjuntos de projectos que efectivamente possam mudar a face de Manteigas de modo visível, do que só para cumprir prazos apresentar um Plano sem ser devidamente pensado.

O Deputado Manuel José Gomes Lucas, sobre o problema do ambiente, questionou a Assembleia, se há dez ou quinze anos atrás, das pessoas presentes, alguém conhecia o rio Zêzere. Porque quem o conhecia sabe que há quinze anos bebia-se água do rio, e hoje, além do cheiro desagradável não se deve tomar banho, devido às péssimas condições em que se encontra. Quem reparar nos despejos do Lavadouro, à volta das dezoito horas, poderá verificar que esses líquidos chegam até Valhelhas, com a água toda turva. Há cerca de um ano foi enviada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

para Castelo Branco para ser analisada uma truta, e até hoje, ninguém sabe do resultado da análise. É necessária uma intervenção neste rio, para que possa voltar a ser o que foi há anos atrás. Pretendia também chamar à atenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, para o estado em que se encontra o ribeiro, que sofre vários tipos de agressões e até hoje nada se fez.

O Deputado José Martins Cleto, interveio para lembrar que os pontos da ordem de trabalhos não estão a ser seguidos correctamente, e deveriam sê-lo. Questionou também o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, se é possível votar em separado o Relatório e a Conta de Gerência, ao que o Sr. Presidente respondeu não ser possível, pois o Relatório é o espelho da Conta, na sua opinião.

O Vereador António Manuel Lemos dos Santos, pediu para intervir, ao que foi autorizado pelo Sr. Presidente da Mesa e afirmou que teriam que ser votados separadamente o Relatório e a Conta, pois enquanto o primeiro pode ter características políticas, o segundo é um documento técnico, que deve referir e caracterizar as contas do Município.

O Deputado José Quaresma Domingos afirmou que se deve seguir o Regimento, e pelo seu artigo décimo, ponto dois, alínea c, que diz " aprovar anualmente o Relatório de Actividades, o Balanço e a Conta de Gerência".

O Deputado José Martins Cleto, interveio novamente, sentindo-se tocado pelas palavras ditas anteriormente, e afirmou não querer fazer alterações ao Regimento, tendo perguntado apenas se era possível a votação como atrás descreveu.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, referiu que a votação deve ser efectuada em conjunto, mas no entanto a Assembleia é soberana.

O Deputado Novo de Matos, foi da opinião que devem ser votados na globalidade, pois não faz sentido nem é lógico votar em separado, embora pense que o articulado permite as duas soluções, sem por em causa o Regimento.

O Deputado Albino Leitão afirmou que, se interpretar-mos o Regulamento, teremos que aprovar sempre três coisas, o Relatório, o Balanço e a Conta, e estamos somente a apreciar o Relatório e a Conta. Se alguém propuser uma votação em separado é perfeitamente legítimo, sem contrariar o Regimento.

O Deputado Manuel Quaresma Domingos afirmou que o seu colega Novo de Matos fez uma apreciação correcta do Regimento e na sua opinião devem ser votados em separado.

O Vereador Lemos dos Santos chamou à atenção do facto de haver documentos semelhantes como é o caso do Plano de Actividades e do Orçamento, que também deverão ser votados separadamente, visto um ser de natureza política que tem o seu suporte no Orçamento. Não se pode contrariar o voto democrático dos Srs. Membros que queiram votar de uma maneira o Plano de Actividades e de outra o Orçamento, e cortarem a prática democrática desta Assembleia se impuserem uma votação conjunta dos dois documentos.

O Deputado Luis José dos Santos Melo, referiu que este assunto é uma mera questão de pormenor, e a maneira de fugir com o rabo à seringa em certas situações, para aprovar um documento de natureza política e do seu suporte financeiro. Está nesta Assembleia há onze anos e nunca deparou com um caso semelhante, e nesse tempo nunca teve problemas em votar na globalidade os dois documentos.

Nas palavras do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, as opiniões dos Srs. Deputados devem ser respeitadas. No seu caso pessoal devem ser votados globalmente. Pensa também que este problema tem origem numa situação nova, de um Executivo novo a fazer o Relatório em relação a uma gerência anterior que não a sua.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Sr. Presidente da Câmara afirmou, que um Relatório corresponde a um Plano, e não relatar coisas que não estão em Plano nem sequer é omissão, e dizer do Plano o que foi feito é uma obrigação. Se tudo o que foi feito do Plano consta do Relatório, é da mesma maneira, que um Orçamento corresponde a uma Conta de Gerência. Se a Conta está bem porque matematicamente está certa, questiona-se, será que este Relatório omite em relação ao Plano alguma actividade que consta em Plano e que não tenha sido executada, e que de alguma maneira desvirtue o seu significado? Se a Assembleia Municipal que é soberana, acha que o Relatório não relata da parte executável do Plano o que foi executado, ou se acha que distorceu vertentes basilares do Plano, então vote-se em separado, mas a Assembleia decidirá.

O Sr. Presidente da Mesa afirmou que devido às divergências existentes, irá submeter à votação se os documentos devem ser votados em separado ou na globalidade.

Entretanto o Deputado Albino Leitão pediu licença para fazer um ponto de ordem, dizendo que parece de facto ser esta a solução regimental, apelando para o Plenário, mas realça e invoca a literalidade do Regimento, e pretende que se cumpra o Regimento. Faz suas as palavras do Sr. Presidente da Junta de Santa Maria.

O Sr. Presidente da Mesa continuou a sua intervenção, afirmando que, qualquer que seja o resultado, o que seguirá para o Tribunal de Contas é a Conta de Gerência. De qualquer maneira, parece-lhe que a aprovação de um documento e a não aprovação de outro irá provocar um problema a esta Câmara, por isso confirmando as suas palavras antes de ser interrompido pelo Deputado Albino Leitão, propôs à Assembleia a votação. Foi interrompido novamente pelo Deputado Albino Leitão que fez um ponto de ordem à Mesa, invocando novamente o Regimento, referindo-se ao ponto dois do artigo décimo, dando como exemplo as alíneas **g** e **j** do mesmo artigo. Apelou novamente para que se cumprisse o Regimento.

O Deputado Novo de Matos, afirmou que os exemplos que o seu colega Albino Leitão deu, na alínea **g** do exemplo dado, há dois verbos distintos, que os verbos tem que ser acções e estas são diferentes pois uma é municipalizar e a outra é autorizar. Não compreende esta relação apresentada, e pergunta onde é que está explícito no caso da alínea que interessa que é a alínea **c** que estamos a discutir, que deva ser votado em separado ou globalmente. Pensa que se pode interpretar das duas maneiras, pois não há nada explícito.

O Deputado Luis Melo, baseou-se no artigo décimo, ponto um, sendo contrária a interpretação do Deputado Albino Leitão sobre este ponto. Este Deputado reafirmou que é correcto aceitar a proposta do Deputado José Martins Cleto de votar separadamente, porque de outra forma o voto tem que ser conjunto para três documentos. Adiantou que se abstém se for posto à consideração da Assembleia esta votação na globalidade, pois não quererá participar numa votação que acha que não é legal nem regulamentar.

O Deputado Novo de Matos questionou o Sr. Presidente da Mesa, para saber se no desempenho do seu cargo tem ou não poder de propor a esta Assembleia, o tipo de votação que anteriormente indicou. Foi-lhe respondido que o Presidente da Mesa é soberano em colocar à Assembleia Municipal na sua globalidade propostas para aprovação ou não, tal e qual como qualquer Deputado as pode apresentar à Mesa.

Apesar do ponto de ordem que o Deputado Albino Leitão colocou à Mesa, foi proposta à Assembleia a votação na globalidade dos documentos. A proposta foi aprovada por maioria, com onze (11) votos a favor, três (3) votos contra e três (3) abstenções. Portanto o Relatório de Actividades e a Conta de Gerência de 1993 serão votados na sua globalidade.

Seguidamente foi posto à votação a aprovação do Relatório de Actividades e a Conta de Gerência da Câmara Municipal de Manteigas do ano de 1993. Os documentos na sua globalidade foram aprovados por maioria com doze (12) votos a favor, cinco (5) abstenções e nenhum voto contra.

Foi proposto pelo Deputado Novo de Matos um intervalo de dez minutos, pois continua-se sem as melhores condições de trabalho nesta Assembleia o que é incómodo e cansativo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Foram retomados os trabalhos e passou-se de seguida ao **Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos - Apreciação e Votação de uma proposta de Actualização de todas as Referências Pecuniárias incluídas nos Regulamentos Municipais, no Código de Posturas Municipais e na Tabela Geral de Taxas e Licenças, bem como de todas as Tarifas em vigor no Município.**

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que fez a leitura da deliberação Camarária de vinte e três de Março do corrente ano, de cuja reunião foi lavrada a acta número sete deste ano, folhas números cento e vinte verso e cento e vinte e um, do livro de actas número trinta e dois, e cujo documento foi enviado para leitura prévia a todos os Deputados Municipais, pelo que se dispensa a sua transcrição na íntegra. O Sr. Presidente da Câmara comentou e justificou os valores apresentados, afirmando que algumas destas taxas são irrisórias, e outras prejudiciais pois nem sequer dão para pagar ao pessoal que as cobra.

Foram abertas inscrições para comentar o documento, e o Deputado Novo de Matos afirmou que embora desconhecendo os preços que se praticam noutros Municípios, lhe parecia que os actuais preços eram muito baixos, e que na proposta agora apresentada, os preços lhe pareciam razoáveis. De qualquer modo pretendia saber, quais eram os valores médios de preços semelhantes praticados nos outros Concelhos da região, e relativamente ao mercado pretendeu saber qual a receita e qual a despesa com o pessoal directamente envolvido para a cobrança de taxas e limpeza dos recintos, pretendendo saber também qual o lucro que o Mercado dá ao Município.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal comentou que Manteigas é um caso especial relativamente a feiras, pois não sendo um grande centro de passagem e um grande centro comercial, para uns a feira pode ser considerada má mas para outros é ouro. Até pode haver a necessidade da Câmara Municipal custear uma actividade que não é lucrativa; além disso as Câmaras não se fizeram para dar lucro, mas sim para servir os munícipes. Pedia ao Sr. Presidente da Câmara que informasse o Deputado Novo de Matos dos valores envolvidos com as feiras. Foi respondido aquele Deputado que as feiras rendem vinte e oito contos por mês.

Não havendo mais Deputados para intervir, foi posta à votação esta proposta, que foi aprovada com dezassete (17) votos a favor ou seja por unanimidade

O Deputado Albino Leitão pretendeu fazer uma declaração de voto, pedindo à Câmara Municipal que não repita muitas vezes aumentos nas Taxas de Actualização como aplicou desta vez, visto que os aumentos de algumas taxas são gravosos. Os aumentos de seis por cento parecem-lhe correctos.

Passou-se de seguida ao **Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos - Eleição do Representante das Juntas de Freguesia e seu Suplente como Delegado aos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses.**

Deu entrada na Mesa uma só proposta, designada por **Proposta A**, cujo teor era o seguinte:

" Os abaixo assinados propõem para representante das Juntas de Freguesia e seu Suplente como Delegado aos Congressos da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro e como suplente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria".

Subscvem esta proposta os Deputados Luis José dos Santos Melo, Adelino Custódio Duarte, João Lucas Leitão e António da Graça Soares.

O Sr. Presidente da Mesa anunciou que o voto é secreto, e deu a orientação do voto, dizendo que, quem quiser votar a favor escreverá no boletim a letra A, quem se abster não escreve nada e quem vota contra fará uma cruz no boletim, seguido-se a votação.

Aberta a urna, procedeu-se à contagem dos boletins entrados, tendo sido contados dezassete (17) boletins, número este que corresponde a outros tantos elementos com direito a voto. Procedeu-se de seguida ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

apuramento dos votos tendo-se verificado o seguinte resultado: Dez (10) votos a favor, seis (6) abstenções e um (1) voto contra. A Proposta foi aprovada por maioria.

Passou-se de seguida ao **Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos - Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Município.**

O Sr. Presidente da Mesa passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para que seja relatado à Assembleia os assuntos que o Executivo considera de interesse para o Município, e que não tenham sido ainda abordados nesta sessão.

O Sr. Presidente da Câmara pediu ao Vereador José Abrantes Serra para fazer o relato da Actividade da Câmara entre o dia seis de Janeiro e o dia trinta e um de Março deste ano. Este Vereador passou a citar os serviços executados e a distribuição de determinados materiais efectuados entre aquelas datas, dos quais se apresenta uma listagem em anexo.

De seguida o Sr. Presidente da Câmara, continuou a exposição, salientando a realização da Feira do Queijo, celebrou-se o Feriado Municipal, e realizaram-se os doze Quilómetros das Penhas Douradas. No intervalo entre estas duas Assembleias Municipais o Sr. Presidente da Câmara deslocou-se aos Estados Unidos da América, à semelhança do que vem acontecendo em anos anteriores, onde encontrou uma boa imagem da nossa Terra junto de um grande grupo de amigos. Esteve naquele País sete dias, tendo nessa viagem havido o contacto pessoal com o Sr. Director da Agricultura da Beira Interior, contacto este que possibilitou o estreitamento de um relacionamento com aquele organismo. O Sr. Director aceitou de bom grado que uma das riquezas que Manteigas tem, e que de algum modo tem estado a ser desprezado é o rio Zêzere. Outro caso colocado em questão é o da ETAR, onde a montante dessa estação estão a acontecer situações que deveriam ser mais cuidadas. Falou-se também dos esgotos de Sameiro, que segundo as suas palavras é um caso de difícil intervenção. Foram também prometidos subsídios para o Município.

Comentando outros assuntos, referiu-se aos casos das E.N. 232 e E.N. 338, à Entrada da Vila que deve ser dignificada ao nível do que se quer que Manteigas seja, a Rua de Circunvalação da Vila, um Estacionamento com dignidade e com magnitude suficientes para Manteigas, evitando as queixas dos residentes e dos que vêm de fora. Considera também estruturante a existência de um Hotel ou Hotéis, capazes de albergar as pessoas que poderão vir à nossa Terra depois do arranjo das estradas. É preciso que haja dignidade e resposta das infraestruturas, para que as pessoas venham e tenham uma estadia agradável, complementando esses hotéis com actividades que satisfaçam os seus ocupantes. É indispensável também a existência de um Parque de Campismo, havendo já a intenção de um Parque Rural em Sameiro, cujo projecto já foi apresentado, é muito bonito mas também muito caro. Neste momento este assunto está em estudo.

Prevê-se a construção de Praias Fluviais, existindo agora um programa que iremos acautelar, cuja candidatura termina em quinze de Maio, e locais de rara beleza e aprazíveis como por exemplo o Dique e outros, poderão ser candidatados sendo comparticipadas as obras até noventa por cento do seu custo.

Haverá também um programa específico de Florestação, com características agradáveis para os proprietários dos terrenos.

Aproveitando este tipo de circunstâncias e outras de carácter particular, como seja o caso da Fábrica das Águas e possíveis outras estruturas que se venham a instalar, Manteigas poderá começar a olhar para si e ser olhada de fora de forma distinta. Por outro lado Manteigas está a ser cobiçada, em termos positivos, por pessoas de fora. Os contactos havidos com o Ministério da Agricultura e já confirmados com o Sr. Secretário de Estado, garantem-nos que o Rio, as suas Pescas, as suas Praias, os seus Açudes e Regadios, com todas as consequências agrícolas e para agrícolas ao nível do investimento estão na preocupação daquele Ministério e da DRABI.

Além de um cumprimento genérico para Manteigas, que se conseguiu de certa maneira numa primeira abordagem com os homens de NewarK, com o grupo dos Serranos, que mandaram concretamente para o Ex-Executivo na pessoa do Dr. Albino Leitão um grande abraço extensivo às gentes de Manteigas, e reconhecem que Manteigas é uma Terra hospitaleira com pessoas do melhor que há. É possível que no verão alguns desses amigos nos visitem.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Pensa o Sr. Presidente da Câmara que Manteigas está a entrar no bom caminho. É neste ponto que devemos aportar quais são as coisas dignificantes e estruturantes para Manteigas, e que o Executivo deve prioritar, desenvolver e levar por diante.

Depois destas palavras proferidas pelo Sr. Presidente da Câmara inscreveram-se para intervir os Deputados Albino Leitão, Manuel Quaresma Domingos, Novo de Matos e José Martins Cleto.

O Deputado Albino Leitão, pretendeu em primeiro lugar referir-se ao Excelentíssimo Munícipe que falou sobre os limites do Concelho, discussão que naturalmente continua em aberto. Esperava no entanto que o Munícipe fizesse o sacrifício e esperasse por este ponto da ordem de trabalhos, para que a situação ficasse mais esclarecida. Visto que o Munícipe não se encontra neste momento a assistir à Assembleia, limita-se a remeter este assunto para as actas da Assembleia Municipal, onde a questão foi amplamente debatida, com mapas expostos, uns errados e outros correctos, naturalmente fruto da aplicação de critérios legais, pois como se sabe os limites do Concelho são definidos por Decreto de 1934, bem como fruto de um trabalho técnico elaborado, e rectificado politicamente pela Câmara Municipal, Assembleia Municipal e pelo Governo. Pensa que a questão foi suficientemente amadurecida e salvaguardada e de certo modo a exposição feita pelo Munícipe não corresponde de todo à realidade, porque, quando ele diz que não foi suficientemente esclarecido quero lembrar-lhe que a equipa do PDM sempre funcionou de porta aberta e recebeu todos os Municípes que quiseram pedir esclarecimentos ou eventualmente com a sua colaboração ajudar a conseguir documentos mais perfeitos.

Houve de facto uma carta do Excelentíssimo Munícipe, na fase de inquérito público, que mereceu resposta da Câmara Municipal, podendo o Sr. Presidente da Câmara averiguar isso e informar-nos na próxima Assembleia Municipal.

Essa carta e a resposta da Câmara Municipal foram juntas no processo para rectificação pelo Governo, conforme a Lei determina, porque para rectificar um PDM, é exigida a junção no processo do resultado do Inquérito Público, que pode ter duas formas, ou relatório ou por junção de documentos. No caso de Manteigas, em vez de relatório enviaram-se fotocópias das quatro cartas, as dos Municípes e as respostas da Câmara Municipal.

Finalmente referindo a afirmação de que a Câmara Municipal teria recebido muitas reclamações, incluindo as de Municípes residentes no estrangeiro, aproveita para confirmar que a Câmara recebeu uma carta de um Munícipe residente no Canadá, que naturalmente mereceu uma resposta mais ou menos nos seguintes termos: A questão foi suficientemente discutida e analisada na Assembleia Municipal tendo sido tomadas em conta as suas preocupações. No entanto esperando por uma próxima visita de V.Exa. a Manteigas, terei todo o gosto de pessoalmente e com a equipa do PDM lhe prestar todas as informações.

O Munícipe visitou Manteigas, visitou cordialmente o Presidente da Câmara e recebeu dele e da equipa do PDM todos os esclarecimentos necessários. Queria que isso ficasse bem claro, pois a intervenção do Munícipe pode fazer pressupôr falta de interesse, ou provavelmente ter sugerido falta de menor cortesia no tratamento destas questões e não foi isso que aconteceu.

A segunda questão prende-se com o facto do Sr. Presidente não ter indicado qual o Programa oficial das comemorações do Vigésimo Aniversário do 25 de Abril, porque ficando cá no fim de semana, gostariam de participar nesse acto.

O Deputado Manuel Quaresma Domingos, afirmou que tendo decorrido há pouco tempo a Presidência Aberta sobre o tema do ambiente, manifestação grandiosa como todas as que envolvem deslocações do Sr. Presidente da República que temos a felicidade de ter, implicando o arrastamento da juventude, a discussão dos problemas ambientais, e sendo Manteigas um local importante em termos de ambiente, pela positiva, pensava que o Sr. Presidente fosse convidado a passar na nossa Terra, vendo as obras, etc., obras estas que até vêm da Gestão Socialista e ao que se diz por aí serão inauguradas pelo Sr. Primeiro Ministro, o que talvez não seja verdade mas fica o apontamento. Isto vem a propósito porque folheando o programa do Partido Social Democrata, existe uma nota que refere a criação do Cargo de Provedor do Ambiente. Além disso pensa que foi uma oportunidade perdida em termos de projecção de Manteigas, a nível de Comunicação Social o facto do Sr. Presidente não ter passado em Manteigas. Até era interessante ter dado publicidade ao referido cargo, aproveitando todas estas circunstâncias.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Deputado Novo de Matos afirmou que fundamentalmente iria fazer perguntas e só no seu último ponto fará um comentário. A primeira pergunta para saber quando se efectuará a reformulação das condições de trabalho desta Assembleia. Queria saber também se é possível como Deputado Municipal ter acesso a uma cópia do PDM, para o poder estudar em pormenor. A terceira pergunta para saber se pode ter acesso com regularidade às actas das reuniões do Executivo, para poder acompanhar de perto e manter-se informado dos trabalhos do município. A quarta pergunta tem a ver com os acessos a Manteigas, se já existe mais alguma informação de relevo sobre a reabilitação das E.N. 232 e da E.N. 338. A quinta e última pergunta para saber como pensa o Executivo resolver o problema do rio Zêzere, que considera um problema grave, pretendendo saber se as Fábricas de Lanifícios tem tratamento de resíduos ou não, se esse tratamento funciona a cem por cento e se está actualizado.

Finalmente comentando as palavras do seu colega Manuel Quaresma Domingos sobre a Presidência Aberta, e sabendo que houve pessoas que orientaram os trajectos do Sr. Presidente aqui na Serra, lamenta profundamente que não se tivesse mostrado nada ou melhor mostrou-se uma cidade, falou-se da realidade dos Lanifícios que qualquer dia e por este andar será realidade de museu, e nem sequer houve a possibilidade de discutir problemas ambientais e principalmente o Projecto Global do Maciço da Serra da Estrela.

O Deputado José Martins Cleto afirmou que relativamente à estrada de terra junto aos ASE, alguns Municípios vieram queixar-se à Junta de Freguesia, dizendo que as manilhas aí colocadas para escoamento de águas pluviais não foram assentes no local correcto. Relativamente à Estrada da Lameiras, não se congratula com o arranjo feito pela Câmara Municipal, achando que deveria ter sido a DRABI a investir e não o Município. Relativamente à Estrada de S. Domingos esta estrada encontra-se estreitada de um lado e do outro não, e quer saber, a quem pertence a responsabilidade se o muro cair. Finalmente e relativo com as transferências de Capital para as Juntas de Freguesia, acha que as Juntas sabem gerir os seus dinheiros, principalmente as duas Juntas de Manteigas.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal respondeu ao Deputado Novo de Matos, assegurando-lhe que relativamente às condições de trabalho desta Assembleia já se está a tratar do assunto nomeadamente fazendo prospecções no mercado no sentido de adquirir o mobiliário. Todas as outras questões levantadas pelos Deputados serão respondidas pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Sr. Presidente da Câmara afirmou que relativamente às comemorações do Vinte e Cinco de Abril, já tivemos a oportunidade de ouvir duas peças de bom gosto, nas palavras proferidas pelos Deputados Carlos Alberto Fraga Viegas dos Santos e Manuel Quaresma de Domingos, que foram a primeira radiologia da referidas comemorações, e que tivemos o gosto de ver aprovadas por unanimidade em termos de Moções, portanto Manteigas já fez bem a sua representação em termos autárquicos. Mas também respondendo ao apelo do Sr. Presidente da República, nessa data deslocar-se-ão a Lisboa uma representação de jovens do nosso Município que irá almoçar com o Sr. Presidente. Estes jovens serão acompanhados pelo Vereador José Manuel Cardoso, e apoiados pela Câmara Municipal.

Relativamente à deslocação do Sr. Presidente da República, os contactos são estabelecidos entre a Presidência da República e o Governo. Apesar de tudo a Câmara Municipal, através da Câmara Municipal da Covilhã recebeu um convite, na manhã do dia em que o Sr. Presidente chegava à Turistrela, para estar presente representando o Município, e onde haveria uma troca de impressões referentes ao tema do ambiente. Por motivos de saúde do Sr. Presidente esse diálogo não foi possível, sendo efectuada uma reunião orientada pelo Sr. Deputado Sócrates e pelo Sr. Director do PNSE, que responderam às questões apresentadas. Realmente era bom que já tivéssemos criado o cargo do Provedor do Ambiente e comunicado este facto à Sra. Ministra do Ambiente pois poderia ter funcionado como chamariz.

Quanto ao rio Zêzere, os Lanifícios são realmente o motivo conspurcador. Já tem alguma intervenção, principalmente à saída dos efluentes. De qualquer maneira sabe-se que a água sai colorida, e tem efeitos nefastos na camada bacteriológica da ETAR. Mas o problema é que quando essa água é lançada rumo à ETAR, engrossa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

de tal maneira o caudal, debitando directamente para o rio, não entrando em tratamento. Irão aparecer no segundo Quadro Comunitário programas destinados a apoiar este tipo de problemas.

O Vereador Lemos dos Santos afirmou não ser verdade que o efluente da Sotave esteja a destruir as bactérias da ETAR. Tem tratamento prévio que além de prever a regularização do caudal de entrada na ETAR, prevê a sua oxigenação. O que se passa é que existe um excesso de líquido em relação aos sólidos suspensos, tanto da Sotave como da Rede Pluvial que vai directamente à ETAR. Tem também que se vigiar as grelhas de entrada da ETAR, visto que quando ficam obstruídas, a água através de um dispositivo é encaminhada para o rio.

Relativamente ao acesso do Deputado Novo de Matos ao PDM, tem toda a legitimidade para o fazer assim como às actas das reuniões do Executivo.

Relativamente ao assunto das EN 232 está o projecto a ser feito na Junta Autónoma de Coimbra. Contactado esse organismo para sabermos que tipo de intervenção se irá proceder nessa via ainda não obtivemos resposta. Relativamente à EN 338 de momento só está prevista a colocação de rails de protecção.

O Vereador José Abrantes Serra informou o Sr. Presidente da Junta de S. Pedro que a colocação de manilhas na estrada de terra junto aos ASE foi executada pelos proprietários dos terrenos.

O Deputado Albino Leitão referiu-se às obras das Lameiras, entendendo que a Câmara Municipal não deve interferir na obra, pois pode vir a ser responsabilizada negativamente por ter mexido na obra. Deve-se insistir com a DRABI para que regularize a situação com o Empreiteiro. É incrível que passados seis meses o empreiteiro não tenha ainda entrado na obra.

O Sr. Presidente da Câmara afirmou que relativamente à necessidade da ponte não há dúvidas. O empreiteiro reclama que não pode chegar à obra por falta de acesso e a DRABI vê com apreensão o problema dos muros que poderão cair. Vai haver uma reunião na próxima semana, em que estão convocados a Câmara Municipal, o PNSE, a DRABI, o GAT, no sentido de rever o traçado e ser feita uma intervenção como deve ser. Em relação à grande pedra que estava em risco de cair serra abaixo, já começaram as operações para a sua desagregação, com a aplicação de produtos novos, evitando explosões.

Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a maneira colaborante como os Deputados participaram nesta Assembleia, e deu por encerrada a sessão.

Lavrou-se a presente acta que depois de lida, comentada e votada será assinada pelos Membros da Mesa.